

RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.728 - AL (2019/0214134-2)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **S A USINA CORURIBE AÇÚCAR E ÁLCOOL**
ADVOGADOS : **MARIA FERNANDA QUINTELLA BRANDÃO VILELA - AL002679B**
RAFAEL NARITA DE BARROS NUNES E OUTRO(S) - DF015182
ANA LUISA BERARD DE PAIVA - AL005794
THIAGO MOURA DE ALBUQUERQUE ALVES - AL006119
JULIANA ENDRISS CARNEIRO CAMPELLO - PE021749
DANIELLE TENÓRIO TOLEDO CAVALCANTE - AL006033
JOSÉ JORGE ANDRADE DIAS JUNIOR - AL013681
RECORRENTE : **FAZENDA NACIONAL**
RECORRIDO : **OS MESMOS**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por S/A USINA CORURIBE AÇÚCAR E ÁLCOOL, mediante o qual se impugna acórdão, proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. CREDITAMENTO DE IPI. OPERAÇÕES ISENTAS OU TRIBUTADAS À ALÍQUOTA ZERO. COMPENSAÇÃO REALIZADA POR FORÇA DE DECISÃO PRECÁRIA. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA (ART. 74, §2º, A LEI N.º 9.430/96). REVOGAÇÃO DA DECISÃO PRECÁRIA. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO MEDIANTE DCTF. DESNECESSIDADE DE LANÇAMENTO DE OFÍCIO. DECADÊNCIA NÃO CARACTERIZADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO CPC/1973 ÀS CAUSAS AJUIZADAS ANTES DA VIGÊNCIA DO CPC/2015. APELAÇÕES IMPROVIDAS.

1. Apelações da Usina Coruripe e da Fazenda Nacional em adversidade à sentença que julgou improcedente a ação anulatória, mantendo incólumes as cobranças dos valores declarados em DCTF pela parte autora, condenando-a ao pagamento das custas do processo e em honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa.

2. Hipótese em que o contribuinte, por força de decisão precária, realizou compensações de créditos de IPI decorrentes de operações isentas ou tributadas à alíquota zero com débitos de IPI decorrentes da saída de seus produtos, vindo essa decisão a perder sua eficácia anos após, com o julgamento da MC 13.462/AL (18/6/2015) e do

REsp 1.116.552/AL (14/10/2015), dando-se início à cobrança das dívidas compensadas indevidamente.

3. Discussão que consiste em saber: 1) se as compensações realizadas antes da vigência da MP 135/2003 configuram reconhecimento da dívida e, por conseguinte, constituem o crédito tributário, ou se haveria necessidade de lançamento de ofício para constituição do crédito tributário; 2) se, em relação às compensações realizadas após a vigência da MP 135/2003, o Fisco teria obrigatoriamente que notificar o sujeito passivo para que este pudesse exercer o direito de defesa, sendo ilegal a remessa automática para inscrição em dívida ativa sem adoção dessa providência; e 3) se houve decadência do direito de constituir o crédito tributário, ante o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos, a contar das datas das compensações, sem que tenha havido lançamento de ofício.

4. Embora se reconheça que 'A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que antes de 31.10.2003 havia a necessidade de lançamento de ofício para se cobrar a diferença dos débitos apurados em DCTF decorrentes de compensação indevida; de 31.10.2003 em diante (eficácia da MP n. 135/2003, convertida na Lei n. 10.833/2003) o lançamento de ofício deixou de ser necessário para a hipótese. No entanto, o encaminhamento de débitos apurados em DCTF decorrentes de compensação indevida para inscrição em dívida ativa passou a ser precedido de notificação ao sujeito passivo para pagar ou apresentar manifestação de inconformidade, recurso este que suspende a exigibilidade do crédito tributário na forma do art. 151, III, do CTN (art. 74, §11, da Lei n. 9.430/96)' (AgInt nos EDcl no REsp 1572542/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/06/2016, DJe 16/06/2016) e que existem vários julgados deste Tribunal adotando esse entendimento do STJ, ao reconhecer que 'somente com o advento da Medida Provisória nº 135/2003, que começou a vigorar em 31/10/2003, e que foi convertida na Lei nº 10.833/2003, é que as declarações de tributos passaram a ter o condão de constituir, de imediato, o crédito tributário', de modo que 'a natureza jurídica da DCTF era de mero caráter informativo, cabendo à Autoridade Fazendária, na hipótese de não acolhimento, efetuar o lançamento de ofício das importâncias compensadas indevidamente' (PROCESSO: 08005550520164058000, APELREEX/AL, REL. DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO BRAGA, REL. P/ ACÓRDÃO DES. CARLOS REBÊLO JÚNIOR, 3ª Turma, JULGAMENTO: 09/07/2018), existem particularidades que impedem a aplicação pura e simplesmente desses

precedentes, com o reconhecimento da decadência do direito de constituir o crédito tributário que foram objeto de compensação com os créditos de IPI não reconhecidos no julgamento da AC 362.745/AL do REsp 1.116.552/AL.

5. A primeira particularidade que impede a aplicação de tais precedentes é que as compensações não foram realizadas por meio de DCTF em data anterior a 31/10/2003, mas, sim, por meio de PEDIDOS DE COMPENSAÇÃO e DECLARAÇÕES DE COMPENSAÇÃO apresentados em data anterior a 31/10/2003, havendo, depois disso, a apresentação de DCTFs nas quais foi informada a quitação de débitos por meio de compensação.

6. A distinção é relevante porque praticamente todos os julgados do STJ e desta Corte Regional cuidam exclusivamente da hipótese em que apenas houve a compensação por meio de declarações apresentadas antes de 31/10/2003, sem que, posteriormente, tenha havido a apresentação de nova declaração informando a existência de débitos e sua quitação por meio de compensação.

7. Não se trata, portanto, no caso concreto, como pretende fazer crer a apelante de 'compensação informada em DCTF' em data anterior à vigência da MP 135/2003, mas de compensação por meio de PEDIDOS DE COMPENSAÇÃO e DECLARAÇÕES DE COMPENSAÇÃO apresentados antes de 31/10/2003 seguida de 'compensação informada em DCTF' possivelmente após 31/10/2003. Diz-se possivelmente porque a apelante não procurou demonstrar que as DCTFs informando as compensações foram apresentadas em data anterior à vigência da MP 135/2003.

8. Ainda que as DCTFs, posteriores aos PEDIDOS e DECLARAÇÕES DE COMPENSAÇÃO, tenham sido apresentadas antes da vigência da MP 135/2003, penso que não seria o caso de aplicar os precedentes acima citados, uma vez que, nos termos do § 6º do art. 74 da Lei n.º 9.430/96, apenas as declarações apresentadas antes de 30/10/2003, para fins de concretização da compensação em si, é que não podem ser admitidas como reconhecimento da dívida e constituição do crédito tributário.

9. O § 6º do art. 74 da Lei n.º 9.430/96, ao dispor que 'a declaração de compensação constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos débitos indevidamente compensados', trata apenas do efeito da compensação considerada 'não declarada', não fazendo referência aos efeitos de qualquer outro 'documento que formalizar o cumprimento de obrigação acessória, comunicando a existência de crédito tributário', a exemplo da DCTF.

10. Se os débitos foram declarados não apenas na declaração de compensação - DCOMP, mas em DCTF, é irrelevante se a utilização da DCOMP depende da existência do débito em DCTF; o débito está declarado pelo contribuinte em DCTF e constituído, não se exigindo a notificação do contribuinte para tanto. Diante da existência de DCTF relativa aos débitos, é indiferente se o art. 74, parág. 6º, da Lei 9430/96, que consagra a declaração de compensação como confissão de dívida e instrumento suficiente para a exigência dos débitos indevidamente compensados, apenas tenha surgido em 2003, com a Lei 10.833, e posteriormente, portanto, à protocolização das declarações de compensação (PROCESSO: 200980000041760, AC502613/AL, DESEMBARGADOR FEDERAL EMILIANO ZAPATA LEITÃO (CONVOCADO), Primeira Turma, JULGAMENTO: 26/06/2012, PUBLICAÇÃO: DJE 05/07/2012 - Página 207). No mesmo sentido: AgInt no REsp 1604375/PB, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 26/02/2018; AgRg na MC 12.623/ES, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/04/2007, DJ 30/04/2007, p. 281.

11. A indicação de saldo 'zero' na DCTF que noticia ter havido compensação não pode logicamente significar que o contribuinte não reconhece a existência da dívida. Muito pelo contrário, se o contribuinte informa a quitação da dívida mediante compensação é porque reconhece que a dívida existia, pois, certamente, ninguém se dispõe a quitar uma dívida que não reconhece existir.

12. Embora não se possa entender que a compensação informada, em qualquer modalidade de declaração, antes de 31/10/2003, serve como confissão de dívida e para constituição do crédito tributário, haja vista a literalidade do § 6º do art. 74 da Lei n.º 9.430/96, nada impede que outras declarações apresentadas posteriormente às declarações de compensação possam produzir esses efeitos.

13. É verdade que o § 1º do art. 5º do Decreto-Lei n.º 2.124/84 não se aplica às compensações tributárias, mas as DCTFs apresentadas posteriormente à compensação não se qualificam como compensação em si, de modo que as referidas disposições legais se aplicam perfeitamente àquelas DCTFs.

14. Os vários julgados do STJ e desta Corte Regional reconhecendo a decadência dos débitos objeto de pedidos de compensação informados em DCTFs antes de 31/10/2003 versam sobre casos em que as DCTFs serviram de instrumento para a própria compensação, não tratando da hipótese em que, após a compensação realizada em data

anterior a 31/10/2003, houve a apresentação de DCTF informando a compensação de débitos.

15. A Lista de Dispensa de Contestar e Recorrer (Art.2º, V, VII e §§ 3º a 8º, da Portaria PGFN Nº 502/2016) trata da cobrança de saldo suplementar – para o qual realmente se exige o lançamento de ofício – e da situação em que a DCTF é apresentada em data anterior à MP 135/2003, não sendo nenhuma dessas a hipótese dos autos.

16. Reconhecimento de que, para as compensações realizadas antes da vigência da MP 135/2003: i) não se aplicam perfeitamente ao caso dos autos os precedentes do STJ e desta Corte Regional, uma vez que aqui não se cuida apenas de compensação efetuada mediante DCTF em data anterior à vigência da MP 135/2003, tendo havido, além disso, a apresentação de DCTF, em momento posterior, com a indicação dos débitos que foram compensados; e ii) à DCTF apresentada após a compensação, com a indicação dos débitos que foram objeto de quitação sob condição resolutiva, aplica-se o disposto no § 1º do art. 5º do Decreto-Lei nº 2.124/84, segundo o qual 'o documento que formalizar o cumprimento de obrigação acessória, comunicando a existência de crédito tributário, constituirá confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do referido crédito'.

17. Não obstante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, na generalidade dos casos, tenha firmado o entendimento de que, em relação às compensações realizadas após a vigência da Medida Provisória nº 135/2003, o Fisco deve notificar o sujeito passivo para que este exerça a ampla defesa, inclusive com a garantia da suspensão da exigibilidade do crédito tributário, sendo ilegal a remessa automática do débito para inscrição em dívida ativa, as particularidades do caso concreto, qual seja, o fato de a questão já ter sido apreciada em caráter definitivo pelo Poder Judiciário, também impedem a aplicação desse entendimento.

18. Se o acórdão do STJ, transitado em julgado, reconheceu que a apelante não faz jus aos créditos de IPI que foram utilizados nas compensações tidas por não declaradas pelo Fisco, não haveria necessidade de abrir prazo para que o contribuinte se manifestasse sobre a validade da compensação. Em outras palavras, só restava ao Fisco não homologar a compensação procedendo, logo em seguida, a sua cobrança da dívida, cujo montante, vale frisar, já havia sido informado pelo próprio contribuinte ao preencher as declarações de compensação e as DCTFs.

19. As compensações realizadas antes 30/12/2004 sequer poderiam ser consideradas não declaradas, pois essa regra só surgiu com a Lei

11.051/2004. Além disso, a discussão acerca dos efeitos das compensações não declaradas não tem qualquer relevância para o caso concreto, tendo em vista que, conforme demonstrado acima, a constituição do crédito tributário se deu pela apresentação de DCTFs em momento posterior à compensação, e não pelas compensações tidas por não declaradas.

20. Não se revela correta a conclusão de que nenhuma das decisões proferidas na Ação Ordinária nº 99.0002021-9, que reconheceu o direito à compensação, impediu a Receita Federal do Brasil de fiscalizar ou desempenhar suas atribuições legais, especialmente no que tange à regular constituição dos créditos tributários, cabendo, assim, ao Fisco proceder ao lançamento de ofício para prevenir a decadência, nos termos do art. 63 da Lei n.º 9.430/96. É evidente que a Receita Federal não poderia tomar qualquer providência com vistas a não homologar as compensações no período que se iniciou em 6/2/2003 (data da sentença) a 18/6/2015 (data do acórdão do STJ que julgou improcedente a MC 13.462/AL), pois, se assim o fizesse, estaria descumprindo frontalmente a decisão judicial. Não caberia, portanto, ao Fisco proceder ao lançamento de ofício, uma vez que os créditos haviam sido extintos, ainda que sob condição resolutória, por força de determinação judicial.

21. Não merece igualmente prosperar a alegação de que a decisão judicial não suspende nem interrompe o prazo para a constituição do crédito tributário. A decadência não se suspende nem se interrompe na esfera estritamente administrativa e em condições normais em que não coloca nenhum óbice ao lançamento. No entanto, não se pode incluir, no cômputo da decadência ou de prescrição os prazos que o Fisco tem para efetuar o lançamento e a cobrança dos tributos, o período de vigência da liminar (ZAVASKI, Teori. Eficácia das Sentenças na Jurisdição Constitucional, São Paulo, RT, 2001, pp. 74-76).

22. Aplicação do entendimento da 1ª Seção do STJ segundo o qual o Fisco não pode realizar o lançamento do crédito que havia sido extinto, sob condição resolutiva, por força de decisão judicial, não correndo, assim, o prazo decadencial no intervalo em que vigorar a medida liminar (AgRg no REsp 1220888/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 19/06/2015).

23. A compensação realizada por força de liminar extingue o crédito tributário, não sendo forma de suspensão de sua exigibilidade (ERESP 1220888/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, decisão monocrática

proferida em 01/03/2018).

24. Mesmo se fosse o caso de reconhecer a necessidade de lançamento de ofício, não teria se operado a decadência, pois não transcorreu o prazo de 5 (cinco) anos a contar da data do trânsito em julgado ao acórdão que negou provimento ao REsp 1.116.552/AL (14/10/2015) ou, na pior das hipóteses, da data do julgamento da MC 13.462/AL (18/6/2015).

25. Quanto aos honorários, a 3ª Turma firmou posicionamento no sentido de que a condenação em honorários advocatícios deve seguir o regramento processual vigente à época do ajuizamento da demanda. Como a ação principal foi ajuizada antes da vigência do CPC/2015, devem ser aplicadas as hipóteses previstas no CPC/1973.

26. Apelações improvidas" (fls. 8.002/8.007e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 9.359/9.367e).

No Recurso Especial de S/A USINA CORURIBE AÇÚCAR E ÁLCOOL, interposto com base nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, alega-se a existência de dissenso pretoriano e violação aos seguintes dispositivos legais:

"7. Como exaustivamente demonstrado no corpo das razões do Recurso Especial interposto, para a Requerente, esses atos são ilegais, pois: i) feriram o direito de defesa administrativa da empresa; ii) exigem tributos compensados há quase 10 anos que estão alcançados pela decadência, porquanto: ii.a) o Fisco não lavrou auto de infração para os débitos compensados, sob autorização judicial precária, para prevenir decadência, na forma do art. 63 da Lei nº 9.430/1996; ii.b) até o advento do § 6º do art. 74 da Lei nº 9.430/1996 (MP nº 135, de outubro de 2003), as compensações não constituíam o tributo compensado; ii.c) a literalidade do § 13 do art. 74 da Lei nº 9.430/1996 afasta os efeitos de constituição do tributo compensado previsto no § 6º do mesmo artigo" (fl. 9.491e).

Contrarrazões às fls. 9.711/9.748e.

Recurso Especial admitido (fls. 9.918/9.920e).

O presente recurso não merece prosperar.

Está pacificada a jurisprudência do STJ no sentido de que, em relação às compensações informadas em DCTF, apresentadas antes de 31.10.2003 (início da vigência da Lei 10.833/2003), cuja homologação fora rejeitada administrativamente, revelava-se necessário o lançamento de ofício para a constituição do correspondente crédito tributário; **sendo que, após aquela data, o lançamento de ofício, ao contrário, é desnecessário.**

Senão, vejamos:

"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. COMPENSAÇÃO INDEVIDA INFORMADA EM DCTF. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO DE OFÍCIO PARA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. DECADÊNCIA CONFIGURADA. PRECEDENTES (1ª E 2ª TURMAS DO STJ).

1. Inexiste violação do art. 535 do CPC/73 quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso.

2. **Discute-se a necessidade de lançamento tributário de ofício para os casos em que a compensação foi indevidamente informada na DCTF, e o Fisco requer a cobrança das diferenças.**

3. **Nos termos da jurisprudência do STJ, nas hipóteses em que o contribuinte declarou os tributos via DCTF e realizou a compensação nesse mesmo documento, é necessário o lançamento de ofício para que seja cobrada a diferença apurada caso a DCTF tenha sido apresentada antes de 31.10.2003. A partir de 31.10.2003, é desnecessário o lançamento de ofício. Todavia os débitos decorrentes da compensação indevida só devem ser encaminhados para inscrição em dívida ativa após notificação ao sujeito passivo para pagar ou apresentar manifestação de inconformidade, cujo recurso suspende a exigibilidade do crédito tributário.**

4. **Precedentes: REsp 1.362.153/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/05/2015, DJe 26/05/2015; REsp 1.332.376/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/12/2012, DJe 12/12/2012; AgRg no AREsp 227.242/CE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/10/2012, DJe 16/10/2012.**

5. **Caso em que as DCTFs foram entregues antes de 31.10.2003, logo indispensável o lançamento de ofício, levando à declaração a ocorrência da decadência nos termos do art. 173, inciso I, do CTN.**

Recurso especial provido" (STJ, REsp 1.502.336/AL, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/06/2016).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO

NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SUPOSTA OFENSA AO ARTIGO 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. **COMPENSAÇÃO INFORMADA EM DCTF. REJEIÇÃO PELO FISCO. DESNECESSIDADE DE NOVO LANÇAMENTO QUANTO ÀS DCTFs APRESENTADAS APÓS 31.10.2003.** AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. DECADÊNCIA NÃO CONFIGURADA NA ESPÉCIE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Na linha da jurisprudência desta Corte, não há falar em negativa de prestação jurisdicional, nem em vício quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte.

2. **A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que no sentido de que antes de 31.10.2003 havia a necessidade de lançamento de ofício para se cobrar a diferença dos débitos apurados em DCTF decorrentes de compensação indevida; de 31.10.2003 em diante (eficácia da MP n. 135/2003, convertida na Lei n. 10.833/2003) o lançamento de ofício deixou de ser necessário para a hipótese. No entanto, o encaminhamento de débitos apurados em DCTF decorrentes de compensação indevida para inscrição em dívida ativa passou a ser precedido de notificação ao sujeito passivo para pagar ou apresentar manifestação de inconformidade, recurso este que suspende a exigibilidade do crédito tributário na forma do art. 151, III, do CTN (art. 74, § 11, da Lei n. 9.430/96).**

3. Na espécie, tratando-se de compensações informadas em DCTFs apresentadas nos anos de 2003 e 2004, apresentadas após 31.10.2003, não havia necessidade de lançamento de ofício. Constata-se a não ocorrência da decadência do crédito tributário.

4. A tese relativa à ausência de prévia notificação do contribuinte para pagar ou apresentar defesa não foi prequestionada na instância de origem, incidindo os óbices das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal neste ponto.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.604.375/PB, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/02/2018).

Constando expressamente, do acórdão recorrido, que as DCTFs em questão foram apresentadas "possivelmente após 31/10/2003" (fl. 7.972e) e não havendo contestação, da parte ora recorrida, quanto a essa afirmação de fato, tem-se que nada há a se reformar, no ponto, no **decisum** impugnado.

De outro lado, em relação às compensações informadas em DCTF, apresentadas após 31.10.2003 (início da vigência da Lei 10.833/2003), cuja homologação fora rejeitada administrativamente, importa destacar que o fundamento do acórdão recorrido, para afastar a ocorrência da decadência, foi de que, uma vez extinto o crédito tributário, por força de decisão judicial, mesmo que sob condição resolutiva, não poderia o Fisco proceder ao seu lançamento. Exatamente porque, nessa hipótese, estaria exaurida a própria obrigação tributária. Com efeito, nos termos do julgado, seria impossível sufragar a mesma solução jurídica dada à hipótese de mera suspensão da exigibilidade do tributo à hipótese na qual ocorre a própria extinção do crédito tributário, pois não se pode suspender a produção de efeitos daquilo que já não mais existe.

Entretanto, em seu Recurso Especial, a ora recorrente limita-se a afirmar que o mesmo raciocínio aplicável à necessidade de lançamento de ofício, nos casos de suspensão de exigibilidade do crédito tributário, deveria ser encampado nos casos de extinção do crédito tributário, sem refutar, fundamentadamente, a tese de que as hipóteses de extinção e de suspensão não poderiam partilhar, logicamente, do mesmo tratamento jurídico, quanto ao tema.

Assim, nesse ponto, o Recurso Especial não pode ser conhecido, devendo ser aplicada, por analogia, a Súmula 283/STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do Recurso Especial de S/A USINA CORURIBE AÇÚCAR E ÁLCOOL e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor a ser fixado, pelo Tribunal de origem, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrente, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora